



EDITORIAL

Caros leitores,

A 52ª edição da Revista Digital do Tribunal de Contas do Estado do Paraná reafirma o compromisso desta publicação com a difusão de conhecimento técnico e jurídico voltado ao aperfeiçoamento da administração pública e ao fortalecimento do controle externo. Os trabalhos reunidos nesta edição abordam temas atuais e diretamente relacionados aos desafios enfrentados pelos gestores públicos, aproximando reflexão acadêmica, experiência administrativa e atuação dos órgãos de controle.

O primeiro artigo apresenta a aplicação do Roteiro de Consistência de Dados do TCE-PR em Unidades Básicas de Saúde de Foz do Iguaçu, demonstrando como a qualidade e a confiabilidade das informações podem contribuir para o controle interno, o planejamento e a efetividade das políticas públicas. O estudo identifica desafios relacionados à atuação territorial, à saúde da criança e à saúde da pessoa idosa, ao mesmo tempo em que evidencia o potencial do controle para induzir melhorias concretas na gestão.

Na sequência, estudo sobre o orçamento impositivo municipal examina os condicionantes jurídicos para a execução das emendas parlamentares, com atenção às exigências de transparência, rastreabilidade e conformidade e aos limites decorrentes da legislação eleitoral, fiscal e financeira. A edição também contempla análise dos pagamentos indenizatórios nas contratações públicas, destacando seu caráter excepcional e os riscos de sua utilização como substituto dos procedimentos regulares de contratação.

Completam a seção de artigos uma reflexão sobre as particularidades do processo nos Tribunais de Contas em relação ao processo civil e um estudo dedicado às parcerias público-privadas no âmbito do Sistema Único de Saúde, ampliando o debate sobre os instrumentos disponíveis para a organização e a prestação dos serviços públicos.

A seção de Acórdãos, por sua vez, reúne decisões recentes do Tribunal Pleno sobre temas relevantes para a administração pública, entre eles empresas estatais e dependência econômica, contratação temporária, controle interno, estabilidade provisória, contratação emergencial de software, cooperação entre os Poderes, regimes e responsabilidades previdenciárias e teto constitucional. Destaca-se também o Prejulgado nº 40, que consolida entendimento de caráter normativo sobre a caracterização da dependência econômica das empresas estatais.

Ao reunir estudos e decisões sobre diferentes dimensões da atividade administrativa, esta edição reforça a importância da informação qualificada, do planejamento, da conformidade e do controle para o aprimoramento das instituições públicas. A Revista Digital do TCE-PR permanece, assim, como espaço de disseminação de conhecimento e de diálogo entre pesquisadores, servidores, gestores e órgãos de controle, contribuindo para uma administração pública mais eficiente, transparente e comprometida com o interesse coletivo.

Boa leitura.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Conselheiro Presidente